

DIREITOS LGBTQIAPN+ GRADE CURRICULAR

APRESENTAÇÃO

O marco zero do movimento LGBT contemporâneo aconteceu do enfrentamento de gays, lésbicas, travestis e drag queens com policiais aos 28 de junho de 1969 em Stonewall Inn, Greenwich Village, Estados Unidos. Essa rebelião, que aconteceu em respostas às ações arbitrárias da polícia que rotineiramente promovia batidas e revistas humilhantes em bares gays de Nova Iorque, aconteceu como um grito de "basta!", e acabou por reforçar que existe um longo caminho pela frente. Desde 1969, o dia 28 de junho é comemorado como o Dia Internacional do Orgulho LGBT.

Mesmo após tantos anos, no Brasil e no mundo, o movimento ainda precisa se posicionar para exigir que seus direitos, garantidos pela Constituição Federal, artigo 3°, sejam respeitados. O artigo 3° elenca os objetos fundamentais da República Federativa do Brasil. São eles: promover os bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. É incrível perceber que, em pleno século XXI, momento em que a maior parte da humanidade tem acesso rápido à informação, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBT no mundo. Só recentemente, alguns direitos básicos, que deveriam ser usufruídos por qualquer cidadão, foram conquistados pelas pessoas LBGT+ tais como união estável, casamento civil, detentas trans femininas transferidas para presídios femininos, transfobia e homofobia equiparadas ao crime de racismo, retificação do nome e gênero de pessoas transgêneros, ainda que sem cirurgia de transgenitalização, restrição para doação de sangue e adoção.

Diante de tudo, o curso de especialização em Direito LGBTQIAPN+ foi criado para atender aos profissionais da área jurídica, de educação, da saúde e afins, para contribuir ampliando a reflexão de conceitos e práticas fundamentais no que tange aos Direito Humanos, o que inclui o enfrentamento dos desafios vivenciados pelas minorias.

Na perspectiva democrática, orienta-se, pois, pela afirmação e garantia dos direitos e princípios ofertados e assegurados pela Constituição Federal Brasileira, com qualidade e igualdade social. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área, bem como, os fatores externos e internos associados aos Direitos LGBTQIAPN+ e sua ordenação.

Código	Disciplina	Carga Horária
4840	Ética e Cidadania	60
4839	Introdução à Ead	60
5217	Políticas Sociais	60
5303	Direito e Políticas Públicas para a População LGBTQIA+	60

4997	Direito Penal	60
4998	Educação em Direitos Humanos	60
5304	Direitos Humanos, Multiculturalismo e Cidadania	60
4847	Pensamento Científico	60